

Acervo
ASA

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Aqüicultura e Pesca

Desenvolvimento sustentável,
trabalho, renda e da cidadania.



Presidência da República

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR)

Projeto Político

Junho de 2003
Brasília/DF

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEAP/PR)

José Fritsch

Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca

Romeu Porto Daros

Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

ELABORAÇÃO

José Fritsch e Romeu Porto Daros, com a colaboração de:

Adriane Lélío Costa

Carlos Alberto da Silva Leão

Claudia Baddini Curralero

Célio Antônio

Fábio Hissa Vieira Hazin

Francisco José Viana Palhares

Francisco Machado

Geovânio Milton de Oliveira

Gerson Teixeira

Haroldo Gomes Barroso

Ilton dos Santos

João Dias Machado

José Claudenor Vermöhlen

Luiz Paulo Mota de Oliveira

Manoel Jesus da Conceição

Marília Martine Resende

Myrian Luiz Alves

Oriana Trindade de Almeida

Ricardo Dias Peruca

Rose Mary Paes de Araújo

Sônia Hypolito

Sônia Maria Guerra Ferreira

Wladimir Pomar

EDIÇÃO

Myrian Luiz Alves

Romeu Porto Daros

Wladimir Pomar

APOIO

Gustavo Maraschin Pereira

Vera Lúcia de Queiroz Alves

William Yukio Katagiri

SUMÁRIO



Apresentação.....	5
I – Justificativa.....	7
II – Situação da produção pesqueira.....	9
1. Inserção internacional.....	9
2. Política anterior.....	11
3. Problemas da sustentabilidade pesqueira.....	12
4. Problemas estruturais da aqüicultura.....	14
5. Problemas estruturais da pesca.....	14
6. Problemas sociais dos pescadores e suas comunidades.....	15
7. Problemas da pesquisa e do emprego de tecnologias.....	15
III – Projeto Político.....	17
1. Objetivo superior.....	17
2. Indicadores para 2006.....	17
3. Pressupostos.....	17
4. Resultados a serem alcançados.....	17
5. Viabilização dos resultados.....	18
a) Estratégias.....	18
b) Plano de ação.....	20
Anexo – Carta Compromisso aos Pescadores – Luiz Inácio Lula da Silva.....	27



APRESENTAÇÃO

Estas diretrizes para a construção de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentado da Aqüicultura e Pesca objetivam apresentar as medidas para efetivar sua estruturação e suas ações de médio e longo prazo para impulsionar os setores da aqüicultura e da pesca nacional.

Além desta apresentação sintética, da justificativa que embasa o projeto e de um quadro sumário da situação da produção pesqueira, elas são compostas, nesta publicação, por um Projeto Político e pelo documento *Carta Compromisso aos Pescadores*, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresentado em agosto de 2002.

O Projeto Político estabelece os conteúdos centrais que deverão constituir um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável. Trata tematicamente o setor, sem esquecer da complexidade regional do Brasil, aborda o desenvolvimento da pesca artesanal, a dívida social que o País tem com os trabalhadores desse setor e o desenho das políticas necessárias para incentivar a pesca empresarial. Esboça ainda uma proposta de incremento à aqüicultura, setor que mais cresceu nos últimos anos.

O papel do Estado, por meio da SEAP/PR, será indutor. Ele deverá investir na modernização da cadeia produtiva da aqüicultura e pesca, estimulando parcerias com os estados e municípios, o associativismo e o cooperativismo. Terá como meta dotar o setor de uma infra-estrutura de suporte da atividade que contemple o incentivo à criação de indústrias modernas de beneficiamento do pescado, a construção de entrepostos e frigoríficos, ampliação, renovação e modernização da frota

pesqueira, e o apoio à exportação e comercialização interna – a partir de campanhas amplas de promoção dos produtos. Vale destacar que o consumo anual *per capita* de pescado dos brasileiros não chega aos sete quilos, enquanto a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) recomenda um consumo mínimo de 12kg/hab./ano. E entre os países exportadores, o Brasil ocupa a 27ª colocação.

O sucesso de uma política com tal envergadura exige, entre outras questões, substanciosos investimentos em pesquisa para alavancar o desenvolvimento tecnológico, e a revisão da legislação existente, para tornar a ação do Estado mais ativa, e para permitir o controle da atividade, a agilidade no estabelecimento de políticas desenvolvimentistas e garantir sua sustentabilidade.

Com a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca resgata-se a dívida do País com a pesca brasileira, que viveu os últimos anos relegada aos escalões inferiores da política e da economia, sendo responsável hoje por 834 mil empregos diretos, 2,5 milhões de indiretos e por uma renda anual de 4 bilhões de reais.

O setor passa a ser incentivado por políticas de desenvolvimento sustentável que, segundo projeções modestas, podem elevar a produção brasileira de pescados, nos próximos quatro anos, de 985 mil t/ano para 1,45 milhão de t/ano e criar mais de 150 mil empregos diretos e 400 mil indiretos, podendo dobrar a renda gerada.

Com o conjunto de instrumentos apresentados a seguir, o governo terá condições de imprimir um ritmo de crescimento superior a 20% ao ano na produção de aqüicultura e pesca, transformando-o numa parte substancial do esforço de desenvolvimento econômico e social do País.



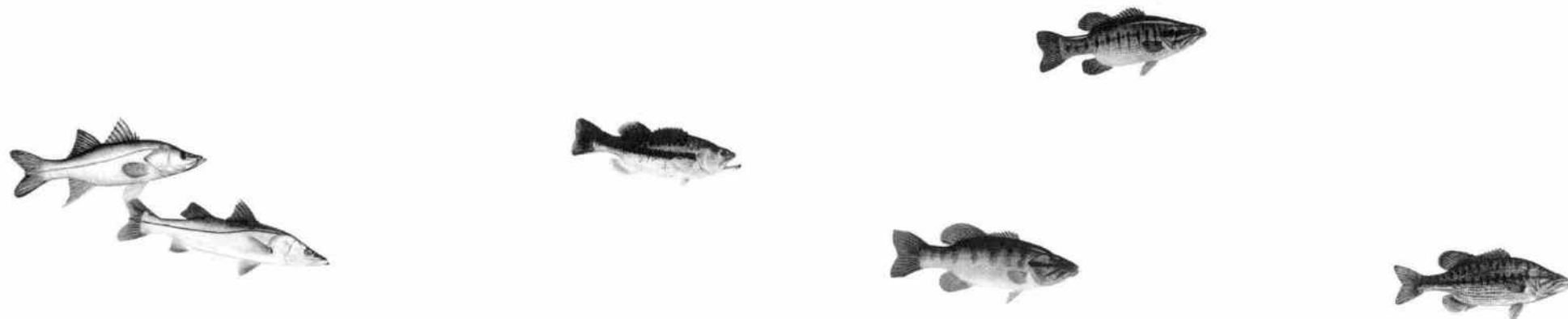
I – Justificativa

O Brasil possui uma costa marítima de 8,5 mil km de extensão, abrangendo uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de mais de 3,5 milhões de km², que corresponde à metade de seu território. Além da favorabilidade de seu clima, possui cerca de 12% do total da reserva de água doce disponível do planeta e mais de 2 milhões de hectares de terras alagadas, o que o coloca como a última grande fronteira da aqüicultura no mundo. Os recursos pesqueiros de suas águas marinhas e doces, embora ainda não levantados em toda a sua extensão, constituem importante fonte protéica e um potencial considerável para a produção de alimentos.

A expansão da aqüicultura marinha e de água doce, que cresceram em média 25,2% ao ano no período de 1997-2002, é o exemplo mais significativo das possibilidades de aproveitamento racional e sustentável de sua potencialidade pesqueira. A

aqüicultura, responsável em 1994 por 4,3% do total de pescado, contribuiu em 2002 com 26,4%, o que permitiu ao Brasil passar do 35º (1999) para o 27º lugar no ranking internacional estabelecido pela FAO.

Nessas condições, a aqüicultura e a pesca podem desempenhar um papel importante na implementação do Programa Fome Zero, por meio do aumento da produção de pescados, da conseqüente redução de seus custos e da melhoria dos padrões de segurança alimentar. Por recomendação da FAO, os produtos pesqueiros, graças às suas qualidades nutricionais e para a preservação da saúde humana, devem ter um consumo mínimo de 12kg/hab./ano. No Brasil, o consumo é de apenas 6,8kg/hab./ano. O setor é fundamental para acelerar o ritmo de crescimento econômico, gerando distribuição de renda, ampliação dos postos de trabalho e melhoria do bem-estar de seus trabalhadores.



II – Situação da Produção Pesqueira

Para a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) ter condições de formular e coordenar a implementação de políticas capazes de desenvolver os setores da aqüicultura e pesqueiro de forma sustentável, sob a perspectiva econômica, social e ambiental, é fundamental traçar, inicialmente, um diagnóstico dos principais problemas a serem enfrentados.

1. Inserção internacional

A produção mundial de pescados, segundo dados da FAO, foi da ordem de 126 milhões de toneladas em 2000. Desse total, 97 milhões tiveram origem na captura e 29 milhões da aqüicultura. A produção da pesca extrativa encontra-se estagnada, próxima

do seu limite sustentável. Em contrapartida, a produção da aqüicultura vem ganhando importância na oferta total de pescados, com um crescimento mundial médio de 7% ao ano, nos últimos cinco anos. Apesar dessa expansão da produção, estima-se que em 2010 o déficit de pescado será de 25 milhões de toneladas, isso se a expansão da demanda mundial mantiver o nível atual de 14kg/ano de consumo *per capita*.

Sob a ótica do comércio internacional, as exportações mundiais de pescado representam atualmente cerca de US\$55 bilhões anuais – é o maior mercado internacional dentre os produtos do agronegócio. A participação do Brasil nesse setor, porém, tem sido pequena. Por outro lado, o País possui cerca de 8,5 mil km de costa e uma ZEE com mais de 3,5 milhões de km², além de aproximadamente 12% do total mundial da reserva de água doce disponível, o que lhe confere um enorme potencial para o desenvolvimento da aqüicultura. Apesar disso, em 2002, o Brasil produziu apenas 985 mil toneladas de pescado.



Abaixo, tabela demonstrativa da posição do Brasil em relação a outros países.

PAÍS	AQUICULTURA	PESCA
1. China	32.444.211	17.191.615
2. Peru	6.812	10.659.932
3. Japão	1.291.705	5.110.194
4. Índia	2.095.072	3.694.446
5. Estados Unidos	428.262	4.787.683
6. Indonésia	993.727	4.159.161
7. Chile	425.058	4.547.536
8. Rússia	77.132	4.027.370
9. Tailândia	706.999	2.923.579
10. Noruega	487.920	2.895.841
11. Filipinas	1.044.311	1.895.626
12. Coreia do Sul	697.866	1.836.205
13. Islândia	3.623	2.000.023
14. Vietnã	525.555	1.441.590
15. Bangladesh	657.121	1.004.264
16. Dinamarca	43.609	1.534.089
17. Malásia	167.898	1.293.325
18. México	53.802	1.348.238
19. Taiwan	256.385	1.094.036
20. Espanha	312.171	991.132
21. Mianmar	98.912	1.069.726
22. Canadá	123.297	1.008.395
23. França	267.767	667.269
24. Argentina	1.784	917.728
25. Marrocos	1.847	902.704
26. Reino Unido	152.485	746.291
27. BRASIL	153.558	693.710
28. Egito	340.093	384.315
29. Coreia do Norte	467.700	200.850
30. Equador	62.111	592.547

Fonte: Fishstat Plus, FAO 2001



Em 1998, o déficit do setor pesqueiro na balança comercial brasileira foi de US\$353 milhões, mas em 2001 essa situação foi revertida, com um superávit de US\$22,65 milhões. Em 2002, estima-se que as exportações brasileiras de pescado tenham chegado a US\$283,54 milhões, com um superávit de US\$129 milhões. Embora isso reflita uma participação muito baixa no mercado internacional de pescados, também demonstra um razoável potencial de crescimento.

O Brasil pode elevar o montante de suas exportações, aproveitando o potencial produtivo presente na aquicultura e desenvolvendo a pesca oceânica – modalidade em que apresenta vantagens em relação a países com grande tradição pesqueira como Japão, Taiwan, Coréia, Espanha e Portugal, tendo em conta que a ocorrência de cardumes está mais próxima dos portos brasileiros do que dos portos daqueles países.

2. Política anterior

A política anterior do Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura (DPA/MA) tinha como diretrizes o desenvolvimento sustentável do agronegócio da pesca e da aquicultura, a geração, adaptação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, a definição de requisitos de qualidade, sanidade e segurança para os produtos de origem pesqueira. Sua estratégia esteve voltada para o fomento da pesca oceânica na ZEE e em águas internacionais, o desenvolvimento da aquicultura continental e marítima, a recuperação e racionalização das pescarias costeiras, a inserção

competitiva no mercado internacional e a abertura de espaços para a atração de capitais, tendo como vetores estratégicos a pesca oceânica e a aquicultura.

Embora tais políticas e estratégias contemplassem, formalmente, a pesca artesanal, a aquicultura familiar e a recuperação da pescaria costeira e continental, na prática houve um privilégio, quase exclusivo, ao agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura. A pesca costeira e continental – artesanal, familiar ou de microarmadores e pequenos armadores – sofreram um processo de estagnação ou de queda, resultado, em parte, do modelo de gestão inadequado e da política aplicada, principalmente, em função da ausência histórica de um ordenamento apropriado e da conseqüente sobreexploração dos estoques.

Apesar da recuperação sensível, a partir de 2000, de 688 mil toneladas para 725 mil toneladas, a pesca extrativa manteve-se pouco acima do patamar anterior. A pesca costeira permaneceu bem abaixo. A pesca oceânica foi a única que manteve um ritmo crescente, chegando a 75 mil toneladas em 2002. Por sua vez, a aquicultura também apresentou um crescimento constante, saindo de 32 mil toneladas em 1994 para 260 mil toneladas em 2002.

O aumento da pesca de tunídeos, por causa do incremento da política de arrendamento de embarcações atuneiras de empresas estrangeiras, sob contrato com empresas nacionais, ocorreu sem a devida contrapartida de treinamento, uso ou desenvolvimento dos recursos humanos brasileiros e incorporação da tecnologia utilizada. O instrumento de arrendamento, em alguns casos, foi em grande medida mal utilizado em função da carência de mecanismos adequados de controle e fiscalização da atividade.

Em relação à pesca artesanal e de pequena escala, a rede de



intermediação no processo de distribuição e comercialização – que vai do atravessador individual, geralmente alguém da comunidade que se especializa na compra e venda de pescado, até os representantes de empresas que compram e financiam a produção – constitui, hoje, um dos maiores entraves para que o pescador se aproprie dos ganhos engendrados pelo seu trabalho e para que os consumidores tenham um alimento sadio e de baixo custo.

3. Problemas da sustentabilidade pesqueira

Nas condições já expostas, o governo, por meio da criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), tem por objetivo revisar e aprofundar as políticas em andamento para os setores da pesca costeira, continental e oceânica e para a aqüicultura e, ao mesmo tempo, formular políticas que permitam a inclusão social das comunidades pesqueiras, desenvolvendo a pesca artesanal, familiar e de microarmadores e pequenos armadores, e a

microaqüicultura e pequena aqüicultura, de maneira a solucionar entre outros problemas aqueles relacionados à fome, ao analfabetismo e à distribuição e comercialização de pescado.

O setor pesqueiro no Brasil representa aproximadamente 0,4% do PIB. Considerando toda a sua cadeia produtiva, incluindo a produção de rações, transportes, processamento e treinamento, essa participação alcança 2% do PIB. A produção atualmente conta, como enunciado, principalmente com a pesca oceânica e a aqüicultura para sua expansão.

Entre as décadas de 1960 e 1980 verificou-se uma tendência de crescimento da produção de pescado, que alcançou 971,5 mil toneladas em 1985. A partir de 1986 assistiu-se a um contínuo decréscimo da produção, chegando a 640,3 mil toneladas em 1990 e 653 mil toneladas em 1995. O principal fator apontado para esse declínio tem sido a sobrepesca, pela qual passam os principais recursos pesqueiros, mas é evidente que as políticas governamentais anteriores pesaram consideravelmente nos desequilíbrios do setor e no pequeno ritmo de crescimento global pesqueiro.



O quadro a seguir mostra a evolução da pesca no Brasil nos últimos oito anos.

EVOLUÇÃO DA AQUICULTURA E PESCA SEGUNDO CATEGORIAS EM 1.000 TONELADAS									
Ano	Extrativa Costeira	%	Continental	%	Oceânica	%	Aqüicultura	%	Total
1994	469,02	64,38	203,22	27,90	24,23	3,33	32,00	4,39	728,47
1995	391,41	59,95	193,04	29,57	22,26	3,41	46,20	7,08	652,91
1996	394,56	56,92	210,28	30,34	27,62	3,98	60,72	8,76	693,18
1997	433,09	59,14	178,87	24,43	32,63	4,46	87,67	11,97	732,26
1998	419,00	57,79	173,00	23,86	40,00	5,52	93,00	12,83	725,00
1999	403,00	54,09	158,90	21,33	44,00	5,91	139,10	18,67	745,00
2000	406,00	47,21	228,00	26,51	54,00	6,28	172,00	20,00	860,00
2001	410,00	45,61	223,00	24,81	62,00	6,90	204,00	22,69	899,00
2002	420,00	42,64	230,00	23,35	75,00	7,61	260,00	26,40	985,00

Fonte: IBAMA, 2002

Estudos recentes apontam que mais de 80% dos principais estoques de pescados da costa marítima estão em seu nível de exploração plena, acima do nível sustentável ou em fase de esgotamento. Com exceção da pesca extrativa costeira, houve recuperação da modalidade continental e oceânica, a partir de 1997, e um aumento substancial da produção por cultivo. Essa situação de desequilíbrio no processo de crescimento aponta para o conjunto de problemas de sustentabilidade que deve ser encarado. Nesse conjunto de problemas observa-se uma gama muito grande de conflitos, tanto entre pescadores industriais e artesanais e diferentes modalidades de pesca, como entre diferentes usos da água, além de uma legislação ultrapassada e a falta de fiscalização, o que permite alta clandestinidade na produção e comercialização de pescado.

Observa-se também uma carência de informações sobre o setor,

em virtude da inexistência de uma rede de informações e um cadastro nacional de informações pesqueiras, o que compromete a gestão dos recursos e a própria resolução dos conflitos. Esses conflitos são ainda exacerbados pela inexistência de uma política de zoneamento pesqueiro, pela não regulamentação do acesso às águas públicas, agravado pelo fato de os pequenos produtores não possuírem terras para a aqüicultura e pela concorrência nas atribuições de diversos órgãos de governo, inclusive para a documentação da frota.

A degradação dos rios e lagos tornou-se fator preponderante para a escassez dos recursos pesqueiros continentais. O desmatamento das matas ciliares, a construção de barragens e aterros, a canalização dos cursos d'água, a contaminação das bacias e o pouco envolvimento dos estados e municípios na política



voltada ao setor pesqueiro têm contribuído para a degradação ambiental, a modificação das condições de reprodução e sobrevivência das espécies e a redução dos estoques pesqueiros.

A frota de embarcações nacionais é obsoleta, sendo composta por barcos de médio e pequeno porte. Dotada de equipamentos ultrapassados, atua apenas em condições de navegação costeira, dependendo sempre de referências de terra pela indisponibilidade de equipamentos eletrônicos para navegação e para pesca. A grande maioria das embarcações não está registrada junto ao órgão licenciador, agravando o desconhecimento do esforço real de pesca sobre os recursos em exploração e dificultando seu manejo. Além disso, a fiscalização é ineficaz, com pouco controle sobre a frota, o que propicia a operação de embarcações ilegais, a ocorrência e uso indevido de embarcações não autorizadas em capturas de recursos sob controle e a invasão das águas jurisdicionais brasileiras por barcos estrangeiros.

4. Problemas estruturais da aquicultura

Setor intensivo em mão-de-obra, a aquicultura cresceu em média 25,2% ao ano, nos últimos cinco anos. Envolve atualmente mais de 150 mil produtores, constituindo uma importante fonte de geração de empregos. Apesar disso, uma série de limitações dificulta o desenvolvimento de sua cadeia produtiva. Não existem políticas com visão dos diversos elos das cadeias produtivas das espécies cultivadas, há conflitos de interesses na gestão das águas; dispersão de esforços; carência de mão-de-obra capacitada, de

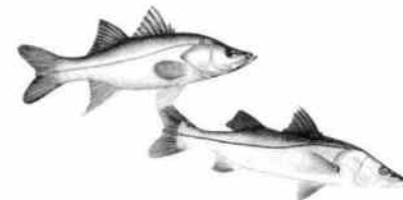
modernas técnicas de manejo alimentar, de procedimentos sanitários e ambientais, de programas de investimento e financiamento para custeio da produção; e insuficiência de alternativas alimentares necessárias para a engorda.

Embora existam diversas instituições de pesquisa para o estudo da reprodução de espécies de água doce e marinhas no Brasil, seus resultados são pouco difundidos e aproveitados, em grande parte devido à baixa efetividade dos serviços de assistência técnica. Verifica-se ainda uma relativa desorganização dos produtores para a produção e comercialização de seus produtos.

5. Problemas estruturais da pesca

A infra-estrutura de apoio à pesca é deficiente. A indústria naval nacional não dispõe de linhas de crédito adequadas para a construção de embarcações pesqueiras. Há também uma carência de mão-de-obra especializada e de tecnologia de pesca e de pescado nos diversos segmentos das cadeias produtivas.

A maioria dos terminais frigoríficos e entrepostos de pesca é controlada de tal forma, que a distribuição e a comercialização do pescado *in natura* passam por uma longa cadeia de intermediação antes de chegar ao consumidor final, encarecendo-o, sem que isso resulte em maior renda para o pescador. A quantidade de pescado industrializado é relativamente pequena, o que proporciona uma reduzida agregação de valor à produção pesqueira. Ocorre também uma defasagem considerável entre o preço pago ao pescador e o dos produtos industrializados.



6. Problemas sociais dos pescadores e suas comunidades

Grande parte dos trabalhadores vinculados ao setor pesqueiro está excluída das redes de proteção social do Estado. Além do alto índice de analfabetismo, a maioria dos pescadores/tripulantes dos diversos tipos de embarcações pesqueiras nacionais não possui vínculos empregatícios com os proprietários dos barcos, nem é devidamente qualificada. Esse problema é particularmente grave na pesca artesanal e de pequena escala, nas quais a relação de trabalho na sua vasta maioria se dá de maneira informal por meio de parceria.

Pretextos como o acesso ao seguro-desemprego, a simples sonegação de dados e impostos dificultam e/ou servem de justificativa para a não-contratação legal da força de trabalho. A precariedade da legislação trabalhista específica para o setor pesqueiro, especialmente a que é relacionada ao segmento feminino e artesanal, estimula a convivência entre o pescador e o armador no desrespeito à legislação, agravando a ausência de cobertura assistencial e social aos pescadores.

As limitações das linhas de crédito, a ausência da extensão no caso da aquicultura e da pesca costeira e continental e as dificuldades de acesso àquelas linhas e à extensão também representam um sério gargalo ao desenvolvimento do setor pesqueiro. Em geral, o crédito disponibilizado não chega da forma desejada ao tomador final do empréstimo, por falta de informação dos pescadores ou por relutância das instituições credoras. A falta de recursos, de informações e de orientações técnicas constitui ainda um obstáculo à assimilação das inovações tecnológicas do setor pesqueiro.

7. Problemas da pesquisa e do emprego de tecnologias

Os estudos e pesquisas sobre os recursos pesqueiros – costeiros, continentais, de águas profundas e de criação de espécies marinhas e de água doce – são dispersos e insuficientes para o potencial do Brasil como produtor de pescado. O País não explora a potencialidade de sua ZEE, particularmente na sua área oceânica e de águas profundas, realizando uma política tímida de prospecção pesqueira nessas áreas.

O setor pesqueiro brasileiro também não dispõe de técnicas, petrechos e embarcações, principalmente de longo curso, ou suficientemente potentes, que possibilitem uma exploração pesqueira de acordo com seu potencial. Por exemplo, para explorar os estoques de xixarro, manjuba e outras espécies pelágicas, é necessário dominar as técnicas de pesca com arrasto de meia água, desconhecidas dos pescadores brasileiros. Por outro lado, o Brasil é o terceiro maior usuário mundial de produtos oriundos de tecnologia espacial, principalmente de imagens de sensoriamento remoto, que podem gerar informações precisas nas áreas da meteorologia, oceanografia, comunicação, navegação e no rastreamento da frota.

As tecnologias para o desenvolvimento da aquicultura com espécies autóctones de alta produtividade ainda são incipientes, enquanto o número de técnicos e cientistas dedicados ao setor é reduzido. Além disso, há uma grande carência de cursos de formação de aquicultores, pescadores e toda gama de profissionais envolvidos na aquicultura, na pesca e beneficiamento.

Tudo isso tem resultado numa forma de exploração no setor pesqueiro, que gera desperdícios que poderiam ser evitados.



III – Projeto Político

1. Objetivo superior

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca articula atores e ações, estimula a produção, promove a inclusão e contribui com a segurança alimentar e o desenvolvimento do País.

2. Indicadores para 2006

- Aumento da produção da aqüicultura e pesca em 50%, passando de 1 milhão de t/ano para 1,5 milhão de t/ano.
- Aumento do consumo de pescado *per capita*, superando os atuais 6,8kg/hab./ano e buscando se aproximar do consumo recomendado pela FAO.
- Eliminação do analfabetismo entre os pescadores.
- Redução substancial do desperdício de pescado.
- Aumento da renda média do produtor/pescador.
- Triplicação do superávit comercial, com o aumento do valor exportado, passando de US\$129 milhões em 2002 para US\$387 milhões.
- Redução da diferença entre o preço da primeira e da última comercialização.
- Modernização de toda a cadeia produtiva da aqüicultura e pesca e ampliação de seu parque industrial.



- Geração de meio milhão de empregos, entre diretos e indiretos.
- Aumento da geração de renda, passando dos atuais 3,9 bilhões de reais para 7,5 bilhões de reais.

3. Pressupostos

- Integração ao Programa de Segurança Alimentar.
- Participação social.
- Sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Coordenação e gestão das relações e ações intergovernamentais e intragovernamentais.
- Geração de emprego e renda.

4. Resultados a serem alcançados

- R1 – Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca aprova o Plano Estratégico de Desenvolvimento.
- R2 – Assegurada a sustentabilidade da atividade de aqüicultura e pesca.
- R3 – Setor da aqüicultura estruturado.
- R4 – Setor pesqueiro costeiro e continental estruturado.
- R5 – Política nacional de aqüicultura e pesca gerando inclusão social.
- R6 – Políticas de crédito e extensão estruturadas e acessíveis.
- R7 – Desenvolvimento e difusão tecnológica gerando expansão da produção e redução de desperdícios.
- R8 – Produção de pescados contribui com o Programa Fome Zero.

5. Viabilização dos resultados

a) Estratégias

a.1 Assegurar que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentado da Aqüicultura e Pesca seja amplamente debatido pelos diversos segmentos profissionais e sociais envolvidos na atividade pesqueira e aprovado na Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca.

a.2 Assegurar a sustentabilidade do setor da aqüicultura e pesqueiro, por meio de seu ordenamento, reorganização, revisão legal, reforço do sistema de fiscalização e estruturação do sistema de informação pesqueira.

a.3 Estruturar o setor da aqüicultura, incrementando as pesquisas e produção de larvas e alevinos, estipulando políticas de uso das águas públicas, realizando o zoneamento das áreas para cultivo, integrando as cadeias produtivas das espécies, incentivando o associativismo e o cooperativismo, estimulando a implantação de fazendas e sítios de engorda, em especial de microprodutores e pequenos produtores, intensificando o uso de tecnologias avançadas e incentivando a construção de indústrias de processamento, como frigoríficos, para agregar valor ao produto.

a.4 Estruturar o setor pesqueiro de águas fluviais e costeiras, priorizando os pescadores artesanais, familiares e os microarmadores e pequenos armadores, reformando sua infra-estrutura

de distribuição e comercialização, fomentando a renovação da frota, estimulando a implantação de indústrias de beneficiamento dos pescados e intensificando a proteção das áreas de repovoamento pesqueiro.

a.5 Estruturar o setor pesqueiro de águas oceânicas, fomentando sua infra-estrutura, com a construção de terminais, postos e entrepostos, incentivando a indústria naval na construção e manutenção de embarcações modernas para a substituição dos barcos estrangeiros arrendados por barcos nacionais, intensificando o estudo e a pesquisa dos estoques pesqueiros da ZEE e das áreas pelágicas e reforçando a fiscalização e o controle da pesca de alto mar.

a.6 Reestruturar o setor de comercialização de pescados, de modo a reduzir a extensa cadeia de intermediação na distribuição e comercialização, que encarece os produtos, ampliando a oferta de pescados de qualidade e mais baratos para a população, garantindo o aproveitamento da fauna acompanhante (pescados não-comerciais capturados), estimulando o consumo de pescados industrialmente processados.

a.7 Utilizar a Política Nacional de Aqüicultura e Pesca prioritariamente para gerar inclusão social, criando grande quantidade de empregos, aumentando a renda e sua distribuição mais equitativa, ampliando a oferta de alimentos protéicos de qualidade e baratos para a população, alfabetizando a totalidade dos pescadores, qualificando-os profissionalmente, incluindo a proteção previdenciária e trabalhista do setor na legislação,



incluindo as trabalhadoras, intensificando o estudo, a prevenção e o tratamento das doenças adquiridas na pesca, melhorando a situação habitacional das comunidades pesqueiras, estimulando o associativismo e o cooperativismo e implantando políticas de seguro para a frustração das safras.

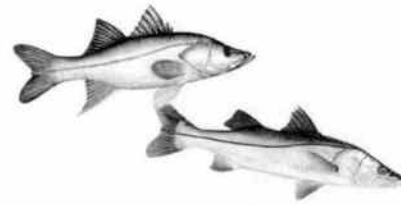
a.8 Estruturar políticas de crédito e extensão acessíveis, principalmente aos pescadores artesanais e micro e pequenos armadores e criadores, criando o Fundo Nacional de Pesca, abrindo linhas de crédito específicas para as diversas modalidades de criação e pesca, estabelecendo parcerias com estados e municípios e com instituições nacionais e internacionais voltadas para o desenvolvimento sustentado da produção pesqueira.

a.9 Intensificar o desenvolvimento tecnológico para expandir a produção e reduzir o desperdício, realizando estudos sobre as áreas de implantação de atratores e recifes artificiais, intensificando as pesquisas e os experimentos de cultivos de espécies autóctones,

marinhas e de água doce, prospectando a potencialidade pesqueira da ZEE e das águas oceânicas, estudando o aproveitamento da fauna acompanhante (pescados não-comerciais capturados), projetando a readaptação da atual frota e a construção de novas embarcações modernas, pesquisando a melhoria dos métodos de pesca e criação, estudando as áreas de implantação de parques para aqüicultura e a seleção das espécies mais adaptáveis a cada área, qualificando a mão-de-obra para os diversos elos da cadeia produtiva pesqueira e de aqüicultura, implantando escolas para pescadores e a Universidade da Aqüicultura e Pesca e ampliando a cooperação técnica e científica internacional.

a.10 Contribuir decisivamente para o Programa Fome Zero, priorizando a implantação de projetos de desenvolvimento de aqüicultura e pesca costeira e continental nas regiões de maior carência alimentar, implantando o aproveitamento da fauna acompanhante e estimulando a captura de novas espécies com a garantia de sua comercialização.





b) Plano de ação

R1 – Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca aprova o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

Indicadores

- Grande maioria das entidades do setor participa ativamente da elaboração do Plano
- Reconhecimento social da importância do Plano

Atividades

- A1 – Realizar um seminário nacional para debate da metodologia da conferência nacional
- A2 – Realizar seminários macrorregionais de lançamento da conferência nacional
- A3 – Estruturar as coordenações estaduais para organizar os processos locais
- A4 – Realizar as conferências estaduais
- A5 – Criar comissões temáticas de sistematização das resoluções estaduais
- A6 – Realizar a conferência nacional
- A7 – Publicar e divulgar as resoluções da conferência
- A8 – Encaminhar para o PPA as prioridades de ação do plano

R2 – Assegurada a sustentabilidade da atividade de aqüicultura e pesca

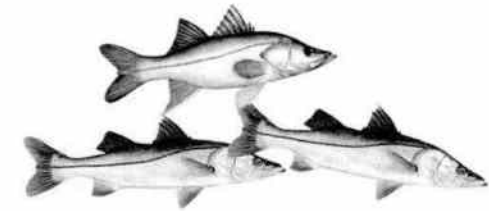
Indicadores

- Eliminação da clandestinidade da atividade pesqueira
- Melhoria da situação ambiental nas áreas de cultivo



Atividades

- A1 – Realizar o ordenamento pesqueiro
- A1.1 – Recadastrar os pescadores profissionais
- A1.2 – Recadastrar a frota
- A1.3 – Reorganizar o Registro Nacional de Pescadores Profissionais (documento único)
- A1.4 – Revisão da legislação existente
- A2 – Elaborar o zoneamento das regiões
- A2.1 – Dimensionar os estoques pesqueiros
- A2.2 – Realizar estudos sobre as dinâmicas de espécies
- A2.3 – Delimitar nos biomas a vocação e potencialidades para aqüicultura, pesca e proteção
- A2.4 – Delimitar e estabelecer regras de uso e manejo para águas públicas
- A3 – Ampliar e equipar os serviços de fiscalização
- A3.1 – Criar programas de fiscalização participativa/educativa
- A3.2 – Realizar programas de parceria entre estados e municípios para a fiscalização sanitária e tributária
- A3.3 – Revisar e adequar a legislação sanitária para plantas de pequeno e médio porte
- A4 – Estruturar sistema de dados e informações
- A4.1 – Gerar banco de dados
- A4.2 – Interligar o banco de dados em redes
- A5 – Estabelecer política ativa de parceria com estados e municípios para fomento



R3 – Setor da aqüicultura estruturado

Indicadores

- Produção cresce em 100%
- Redução dos custos da produção





Atividades

- A1 – Dinamizar a aqüicultura, integrando as atividades agroindustriais
- A1.1 – Incentivar a construção de indústrias de beneficiamento da pesca cultivada, tais como frigoríficos
- A2 – Incrementar tecnologias, assistência técnica e fomento
- A3 – Priorizar áreas identificadas no Programa Fome Zero
- A4 – Fazer o zoneamento e gerenciamento da aqüicultura
- A.4.1 – Formulação de política de uso de água pública
- A5 – Desenvolver programas de incentivo ao associativismo e ao cooperativismo

R4 – Setor pesqueiro costeiro e continental estruturado

Indicadores

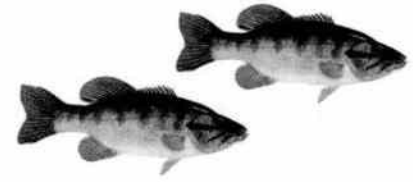
- Aumento da produção em 30% até dezembro de 2006
- Redução do custo da produção

Atividades

- A1 – Implantar um programa de fomento à infra-estrutura
- A1.1 – Construção de postos, entrepostos e terminais
- A2 – Elaborar programa de fomento ao processamento de pescado
- A3 – Implantar programa de renovação e adaptação da frota pesqueira
- A4 – Implantar programa de substituição de barcos arrendados por barcos nacionais



R5 – Política nacional de aquicultura e pesca gerando inclusão social



Indicadores

- Zerado o analfabetismo ao final de quatro anos
- Aumento da qualidade de vida dos pescadores (Índice de Desenvolvimento Humano – IDH)

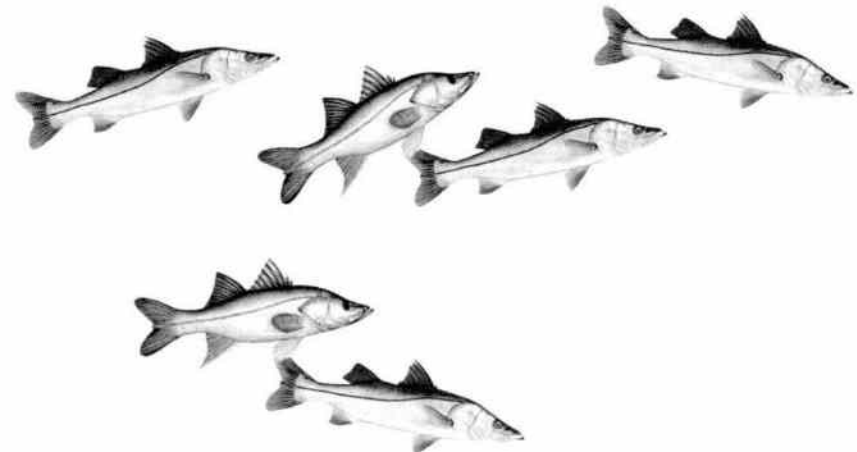
Atividades

- A1 – Montar um grupo de trabalho conjunto entre SEAP/PR e MEC de alfabetização nas comunidades pesqueiras e embarcados
- A2 – Criar na SEAP/PR programa de qualificação de mão-de-obra
- A3 – Criar comissão junto ao MTb/INSS/... para adequação da legislação previdenciária e trabalhista
- A4 – Fazer estudos das doenças adquiridas nas atividades pesqueiras
- A5 – Estimular a criação de associações/cooperativas de produção, comercialização e crédito
Melhoria da organização dos pescadores
*Aumento da renda dos pescadores
- A6 – Criar comissão conjunta entre SEAP/PR e Secretaria Especial da Mulher para desenvolver programas para as trabalhadoras da pesca
- A7 – Estabelecer uma política de seguro para frustração de safras

R6 – Políticas de crédito e extensão estruturadas e acessíveis

Indicadores

- Aumento do volume de recursos oferecido para crédito
- Aumento do número de produtores



Atividades

- A1 – Política de extensão executada em parceria com estados e municípios
- A2 – Criação do Fundo Nacional da Pesca
- A3 – Criação de linhas de crédito
- A3.1 – Estabelecer critérios para a democratização do acesso ao crédito
- A4 – Estimular e cooperar com estados e municípios para o desenvolvimento de políticas de fomento à produção
- A5 – Captar recursos junto às instituições nacionais e internacionais

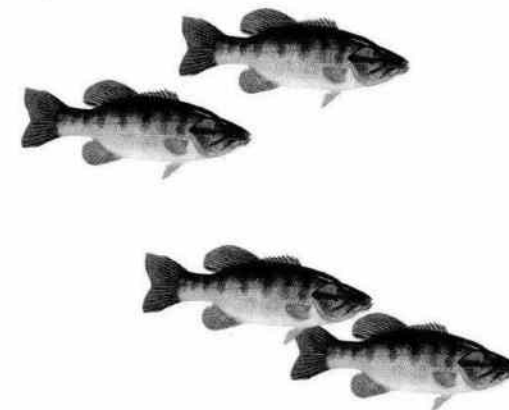
R7 – Desenvolvimento e difusão tecnológica gerando expansão da produção e redução de desperdícios

Indicadores

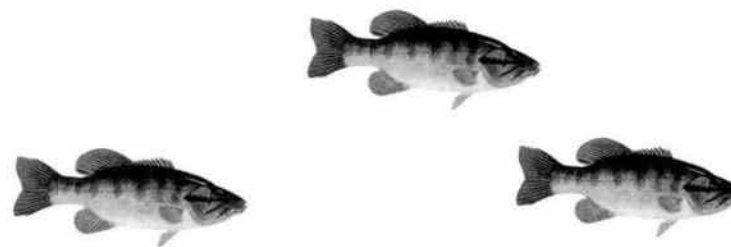
- Maior instrumentalização tecnológica para o incremento da produção
- Maior racionalização dos métodos de pesca e aquicultura

Atividades

- A1 – Realizar estudos para implantação de atratores e recifes artificiais
- A2 – Coordenar a implantação de atratores e recifes
- A3 – Editar periódico da secretaria com os estudos existentes e novos estudos
- A4 – Estudos de identificação e domínio de tecnologia para cultivo de espécies nativas
- A5 – Realizar viagens de prospecção
- A6 – Realizar estudos e pesquisas para redução e aproveitamento da fauna acompanhante
- A7 – Readequar as embarcações pesqueiras e métodos de pesca
- A8 – Realizar estudos para definição de parques e áreas para cultivo de organismos aquáticos
- A9 – Promover a formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra e de técnicos especializados



- A9.1 – Implantar escolas de formação de pescadores
- A9.2 – Criar a Universidade de Aqüicultura e Pesca
- A10 – Ampliar nossa política de cooperação técnica internacional



R8 – Produção de pescados contribui com o Programa Fome Zero

Indicadores

- Participação do pescado na cesta alimentar do Fome Zero
- Aumento da produção em virtude do programa

Atividades

- A1 – Estimular a aqüicultura em regiões de maior carência alimentar
- A2 – Utilizar a fauna acompanhante no programa
- A3 – Estimular a captura de espécies subexploradas



Anexo

CARTA COMPROMISSO AOS PESCADORES

1. Criar uma Secretaria Nacional de Pesca e Aqüicultura, visando a integrar os diversos ministérios que possuem relação com o setor pesqueiro de maneira a compatibilizar as diversas ações relativas à pesca no País.
2. Elaborar um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Pesca e Aqüicultura específico para cada uma das regiões do País, que permita planejar o setor a curto, médio e longo prazo, preservando as riquezas naturais.
3. Manter o Ibama como fiscalizador, dotando-o de recursos materiais e humanos compatíveis com o bom desempenho da atividade.
4. Implantar um Programa de Renovação da Frota Pesqueira que apóie a recuperação da indústria naval e incentive a substituição das atuais embarcações por outras mais modernas.
5. Implantar um Programa de Qualificação Profissional do Pescador, objetivando capacitar a mão-de-obra voltada aos diversos subsectores – pesca marítima e fluvial, empresarial e artesanal e aqüicultura – aproveitando e revitalizando as estruturas das escolas de pesca existentes.
6. Ampliar a infra-estrutura de desembarque, beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado, por meio de terminais e entrepostos de pesca, incentivando a agregação de valor ao pescado pela industrialização.
7. Efetivar o atual Programa de Rastreamento por Satélite que permita uma maior segurança das embarcações, bem como um maior controle e fiscalização da atividade.
8. Criar linhas de crédito específicas por região para apoiar a pesca artesanal e a aqüicultura, visando à melhoria dos sistemas de produção, beneficiamento e comercialização de pescado.
9. Promover o desenvolvimento de atividades de suporte à pesca nas áreas de pesquisa, promoção comercial e informações de mercado.
10. Estimular, por meio de parcerias com os estados e municípios, a implantação de cooperativas de pesca e de crédito para atuar especificamente junto ao segmento pesqueiro artesanal.
11. Incentivar o desenvolvimento do turismo ligado às atividades da pesca amadora e esportiva em águas fluviais, especialmente na Amazônia e no Pantanal, assim como na costa do País.

Luiz Inácio Lula da Silva

Agosto de 2002

Secretaria Especial
de Aquicultura e Pesca

